

CONTRATO Nº 355/2020-GCC/EMSERH.
REF. PROCESSO Nº 137.789/2018/EMSERH.

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EMSERH E A EMPRESA A. CANTANHEDE SERVIÇOS DE REFRIGERAÇÃO E ARCONDICIONADO EIRELI – EPP.

CONTRATANTE: EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EMSERH, Empresa Pública com personalidade jurídica de direito privado, criada pela Lei Estadual nº 9.732, de 19 de dezembro de 2012, estabelecida nesta Capital do Estado do Maranhão, na Av. Borborema, Qd. nº 16, Casa nº 25 – Bairro Calhau, inscrita no CNPJ sob o nº. 18.519.709/0001 - 63, neste ato por seu Presidente, o Sr. o **MARCOS ANTONIO DA SILVA GRANDE**, brasileiro, casado, funcionário público, inscrito no CPF sob o nº 746.418.162-04 e portador da Cédula de Identidade nº 062643952017-1 (SSP/PA) e pelo Diretor Financeiro, Sr. **JOSÉ LUCIO CAMPOS REIS**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 146.492.173-34 e portador da Cédula de Identidade nº 053791912014-5 (SSP/MA).

CONTRATADA: EMPRESA A. CANTANHEDE SERVIÇOS DE REFRIGERAÇÃO E ARCONDICIONADO EIRELI - EPP, inscrita sob CNPJ nº 15.642.391/0001-15, sediada a Avenida Camboa, nº 34, Parte I, Bairro Camboa, CEP: 65020-260, São Luís (MA), neste ato representada pelo Sr. **ALEKSANDRO CANTANHEDE PIRES**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 530174960 e inscrito sob CPF/MF nº 647.814.613-87.

Os CONTRATANTES têm entre si justo e avençado, resolvem celebrar o presente contrato, instruído no **Processo nº 137.789/2018/EMSERH** com fundamento na **Licitação Eletrônica nº 004/2020**, no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMSERH e demais normas regulamentares pertinentes à espécie, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO: Trata-se de SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE AR CONDICIONADO, COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS, INCLUINDO AINDA OS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E DESINSTALAÇÃO, para as Unidades de Saúde administradas pela EMSERH, conforme Termo de Referência e proposta adequada apresentada pela empresa contratada (anexa), partes integrantes deste Contrato, independente de suas transcrições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

2.1 DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE AR CONDICIONADO, COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS.

2.1.1 Deverão ser prestados todos os serviços de assistência e suporte técnico em caráter preventivo e corretivo nos equipamentos, através de um corpo técnico especializado, e com a utilização de ferramentas apropriadas, de acordo com as recomendações do fabricante, de modo a garantir a conservação e o perfeito funcionamento dos mesmos;

2.1.2 Os tipos de Climatizadores de Ar, das Unidades de Saúde, encontram-se no “ANEXO B” do Termo de Referência.

2.1.3 A empresa prestadora do serviço de manutenção deverá confeccionar uma ficha com o Plano de Manutenção e Controle, por aparelho, onde deverá constar:

a) Unidades de Saúde jurisdicionadas pela EMSERH;

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
GERÊNCIA DE COMPRAS E CONTRATOS

- b) Sala ou setor onde o aparelho está instalado;
- c) Identificação do aparelho (nº de patrimônio/tombo);
- d) Potência do aparelho (BTUs);
- e) Itens da Manutenção Preventiva;
- f) Itens da Manutenção Corretiva;
- g) Data da realização da manutenção;
- h) Nome do técnico que realizou a manutenção;
- i) Nome do servidor que atestou a realização do serviço (fiscal).

2.1.4 A Contratada deverá responsabilizar-se por todo o ferramental, dispositivos e aparelhos adequados à perfeita execução do Contrato;

2.1.5 Todos os componentes destinados à reparação dos equipamentos deverão ser novos e originais e/ou compatíveis desde que este não venha a alterar ou danificar o funcionamento do equipamento, com garantia mínima de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua instalação, bem como serviços;

2.1.6 A Contratada apresentará mensalmente junto à fatura, relatório detalhado, adequado à legislação vigente, com os tipos de manutenção preventiva e corretiva efetuados, indicação dos equipamentos reparados, causas prováveis do defeito e peças substituídas.

2.2 DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA

2.2.1 A manutenção técnica preventiva consistirá em procedimentos de manutenção visando prevenir situações que possam gerar falhas ou defeitos, a conservação e o perfeito funcionamento do equipamento, bem como recomendar ao Contratante, eventuais providências, sob o seu controle, que possam estar e/ou vir a interferir no desempenho do mesmo.

2.2.2 A **CONTRATADA** deverá executar a primeira manutenção preventiva no prazo de até 15 (QUINZE) DIAS ÚTEIS, contados da assinatura do contrato;

2.2.3 Os serviços de manutenção preventiva deverão ser realizados nas datas previamente programadas pela FISCALIZAÇÃO, em conformidade com a periodicidade fixada no plano de manutenção, de segunda a sexta-feira, no horário das 8:00 às 12:00 e 14:00 às 18:00 horas, e aos sábados, no horário das 8:00 às 12:00 horas.

2.2.4 A manutenção preventiva será executada conforme a frequência estabelecida pela EMSERH, de acordo com cronograma estabelecido no **ANEXO D** do Termo de Referência.

2.2.5 Os serviços de manutenção preventiva deverão ocorrer independentemente de ter havido manutenção corretiva no período, devendo ser emitido relatório de atendimento específico para manutenção preventiva;

2.2.6 A manutenção preventiva deverá manter limpos os componentes do sistema de climatização (bandejas, serpentinas, desumidificadores, ventiladores, venezianas, grelhas e difusores) de forma a evitar a difusão ou multiplicação de agentes nocivos à saúde humana e manter a boa qualidade do ar interno.

2.2.7 Observar as prescrições da Portaria nº 3.523 GM/MS/98 (ou outra que venha a substituí-la), procedendo conforme determinações nela descritas.

2.2.8 A Manutenção Preventiva deverá ser acompanhada pelo Fiscal do Contrato, que atestará o relatório das ações executadas neste Procedimento;

2.2.9 Peças a serem usadas nos procedimentos da Manutenção Preventiva, já previstas, em decorrência do seu desgaste natural, ou mediante recomendações de trocas dispostas no manual técnico do fabricante dos equipamentos do tipo; Fusíveis, relés de proteção, capacitores, parafusos, rolamentos, terminais elétricos, cabos elétricos, disjuntores, fluidos e gás refrigerantes, filtros e circuitos de controle de temperatura, controle remoto e pilhas deverão estar inclusos no item de manutenção preventiva, não implicando em custos adicionais à CONTRATANTE;

2.2.10A critério da FISCALIZAÇÃO, a Contratada deverá comprovar a procedência das peças e componentes destinados à substituição e indicará a marca e modelo.

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
GERÊNCIA DE COMPRAS E CONTRATOS**2.3 MANUTENÇÃO CORRETIVA**

2.3.1 A manutenção técnica corretiva consistirá em atender chamada da Contratante para regularizar anormalidades de funcionamento, procedendo à manutenção corretiva, substituindo e/ou reparando, segundo critérios técnicos, componentes, recolocando os equipamentos em condições normais, utilizando peças genuínas do fabricante do equipamento, permitindo-se a utilização de similar apenas autorizado pela EMSERH, a qual deverá constatar a descontinuidade da fabricação das peças ou a inexistência temporária no mercado;

2.3.2 A necessidade da Manutenção Corretiva pode advir de problema mecânico, elétrico, desgaste natural do equipamento ou manuseio errado por parte do usuário, sendo assim, as manutenções corretivas deverão ser realizadas sempre que necessário, demandada pela CONTRATANTE tantas vezes que se comprovar indispensável.

2.3.3 Trata-se, ainda, da execução dos trabalhos necessários e suficientes para a imediata correção de defeitos e anormalidades nos equipamentos de ar condicionado, de que seja retomada sua utilização de forma segura, eficiente e econômica, devendo ser preferencialmente realizadas de segunda a sexta-feira, no horário das 08:00 às 18:00 horas, e aos sábados, no horário das 08:00 às 12:00 horas.

2.3.4 Ocorrendo avarias ou desgastes dos equipamentos cuja recuperação seja extensa, fazendo-se necessário substituir as peças danificadas ou consertá-las fora do ambiente das respectivas Unidades, as mesmas serão levadas, retornando dentro de um prazo de 72 (setenta e duas) horas, só podendo ser retirados os Climatizadores autorizados pelo Fiscal do Contrato, ou o representante da Contratante, ora designado para esta função;

2.3.5 Nos locais que necessitem de climatização ininterrupta, tais como: Centros Cirúrgicos, Unidade de Tratamento Intensivo (UTI'S), unidade semi-intensiva, Central de Material Esterilizado (CME), Farmácias, Salas de parto e pré parto, salas de imunização, laboratórios e UCI, a chamada para a manutenção corretiva emergencial deverá ser atendida no prazo de até 01 (uma) hora, e adotar providências urgentes no sentido de saná-lo em até 02 (duas) horas. Diante da impossibilidade de resolver o problema dentro do prazo aqui estipulado, a CONTRATADA deverá instalar outro equipamento no local, afim de não deixar o setor que necessita de reparo sem ar condicionado. Para os demais setores o chamado de manutenção corretiva deverá ser atendido no prazo de até 03 (três) horas após a solicitação e solucionar o problema em até 24 (vinte e quatro) horas;

2.3.6 A Contratada apresentará mensalmente junto à fatura, relatório detalhado, adequado à legislação vigente, com os tipos de manutenção preventiva e corretiva efetuados, com indicação dos equipamentos reparados, causas prováveis do defeito e peças substituídas;

2.3.7 O equipamento submetido à manutenção corretiva, somente terá seu chamado considerado atendido com a apresentação de relatório dos serviços executados e de peças substituídas quando assim forem.

2.3.8 A Contratada fornecerá telefone fixo, celular, e-mail ou qualquer outra modalidade para casos de chamados, inclusive, finais de semana e feriados.

2.3.9 Para toda intervenção corretiva deverá a Contratada emitir um relatório detalhado dos serviços executados;

2.3.10 É obrigação da Contratada o fornecimento de todo o instrumental, equipamentos de Proteção Individual - EPI's, ferramentas e mão de obra especializada e necessária para a execução dos serviços;

2.3.11 Diagnosticadas falhas e/ou defeitos e verificada a necessidade de reposição de qualquer material, partes e/ou peças não abrangidas pela Garantia, deverá a Contratada apresentar à Contratante, em um prazo máximo de 24 horas após o atendimento técnico que lhe deu origem, um laudo técnico detalhado e quantificado por unidade, com clareza nas especificações, de modo a permitir a CONTRATANTE autorizar a execução dos serviços;

2.3.12 As partes e/ou peças que forem substituídas, deverão ser novas, com garantia e em conformidade com as recomendações do fabricante;

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
GERÊNCIA DE COMPRAS E CONTRATOS

2.3.13A Contratante poderá solicitar da Contratada tal fornecimento, desde que fique comprovado por meio de RELATÓRIO TÉCNICO que a mesma não poderá ser recuperada;

2.3.14A substituição destas peças dar-se-á mediante aprovação do fiscal de contrato, de um orçamento de peças, que deverá ser apresentado pela Contratada no prazo máximo de 36 horas, no qual deve constar a proposta de preço para a peça a ser trocada e mão-de-obra para manutenção corretiva;

2.3.15Para aprovação dos preços das peças e componentes apresentados pela Contratada, a contratante poderá efetuar pesquisa de preços, com, no mínimo, outras **02 (duas) empresas do ramo**, a fim de certificar que a proposta apresentada está de acordo com o preço de mercado;

2.3.16Uma vez coletado preço menor que o apresentado pela contratada, fica esta obrigada a adotar o menor valor encontrado.

2.3.17A Contratante estipulou um valor estimado para gastos com peças, por lote, para a vigência deste contrato, para as peças de reposição que não estejam contempladas no item 2.2.9 e não estiverem cobertas pela garantia do fabricante dos equipamentos, tendo como base o histórico de gastos com peças, a serem informados após a assinatura do contrato e conforme anexos do Termo de Referência;

2.3.18A substituição das peças e componentes deverá ser efetuada com peças originais de primeiro uso, não reconcondicionadas, recomendadas pelo fabricante e por normas técnicas vigentes ou compatíveis desde que estas não venham a acarretar nenhum dano ou alteração no funcionamento da unidade, desde que autorizado pelo fiscal do contrato;

2.3.19A critério da FISCALIZAÇÃO, a Contratada deverá comprovar a origem das peças e componentes destinados à substituição e indicará a marca e modelo;

2.3.20As peças substituídas deverão ser devolvidas ao Contratante, na pessoa do fiscal do Contrato, no ato da entrega do serviço;

2.3.21A Contratada deverá ofertar garantia sobre a Peça Trocada, mesmo findando-se o Contrato celebrado entre ambas as Partes, prevalecerá a garantia das peças que foram trocadas antes do Término do que foi celebrado, devendo a Contratada responsabilizar-se pela execução dos serviços

2.3.22Para algumas unidades a empresa deverá manter equipe fixa para pronto atendimento de qualquer falha dos equipamentos, conforme **ANEXO G do Termo de Referência**.

2.3.23Para as unidades que não necessitam de equipe fixa permanente, a contratada prestará atendimento por demanda, ou seja, por hora de serviço o qual o valor será pago conforme a valor disponível em planilha orçamentaria.

2.3.24No caso dos serviços por demanda, será computado conforme o horário do início e termino dos serviços pelo fiscal técnico.

2.4 DOS MATERIAIS DE CONSUMO

2.4.1 Será de responsabilidade da Contratada e **sob suas expensas** o fornecimento e a utilização dos materiais de consumo necessários à execução dos serviços, a exemplo: álcool, água destilada, óleos lubrificantes, detergentes, sabões, vaselina, estopas, panos, Bombril, utensílios e produtos químicos de limpeza, graxas e desengraxantes, desencrustantes, produtos anti-ferrugem, WD40, solventes, materiais de escritório, fitas isolantes, fitas teflon veda rosca, colas e adesivos para tubos de PVC, epóxi, colas Araldite e Super Bonder, Durepoxi, pilhas e buchas de nylon, lixas, escovas de aço e nylon, massa de vedação, material de soldagem, brocas, oxigênio, nitrogênio, acetileno e outros necessários à execução;

2.4.2 Os materiais descritos no item acima e outros com equivalência ou similitude de funções devem ser fornecidos pela empresa contratada sem qualquer custo adicional à CONTRATANTE, uma vez que tal valor deve estar incluído no custo da manutenção.

2.5 DOS EQUIPAMENTOS EM GARANTIA

2.5.1 Quanto aos Climatizadores de Ar que estiverem na garantia do fabricante, a Contratada prestará somente os serviços de manutenção preventiva, conforme estipulado no Manual do Fabricante, de

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
GERÊNCIA DE COMPRAS E CONTRATOS

modo que a garantia do equipamento não venha a ser perdida por desobediências às normas pré-estabelecidas;

2.5.2 A Contratada no ato da manutenção preventiva deverá informar a Contratante acerca de qualquer anormalidade que os referidos aparelhos venham a apresentar;

2.5.3 Após o término da Garantia, a manutenção exercida sobre os equipamentos será preventiva e corretiva, o qual contemplará reposição de peças se assim ficar constatado a necessidade;

2.5.4 A Manutenção preventiva a ser realizada nos Climatizadores de Ar que estejam em garantia da fabricante deverão ser realizada conforme manual de instruções ofertado pela Fabricante para o referido equipamento;

2.5.5 Caso a Contratada venha a executar procedimentos de Manutenção preventiva sem a observância das instruções do Fabricante dos Equipamentos, que estiverem em Garantia, a mesma será responsabilizada por eventuais danos e avarias que por ventura aparecerem, devendo o Fiscal do Contrato ser informado dos Procedimentos.

2.6 DOS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E DESINSTALAÇÃO DOS CONDICIONADORES DE AR

2.6.1 O processo de instalação dos aparelhos de ar condicionado consiste nas seguintes etapas:

- a) Interligação frigogênica entre as unidades através de tubulações de cobre nas dimensões recomendadas pelo fabricante;
- b) Isolamento térmico das tubulações;
- c) Instalação física da unidade condensadora;
- d) Instalação física da unidade evaporadora;
- e) Interligação entre unidades;
- f) Suportação das tubulações;
- g) Carga de gás refrigerante;
- h) Partida inicial do equipamento;
- i) Fazer ponto de dreno com cano em PVC 32 mm;
- j) Suporte (mão francesa) Split para o evaporador;
- k) Suporte (mão francesa) Split para o condensador
- l) Colocação do suporte poliuretano do evaporador;
- m) Colocação do suporte poliuretano do condensador;
- n) Pintar Suporte
- o) Desmontagem e montagem de forro, onde houver;
- p) Retirar ar condicionado do tipo ACJ instalado, em caso de substituição, para instalação do Split;
- q) Recomposição do telhado e sua vedação, quando necessário, deverão ser feitas de forma a não permitir infiltração de água da chuva, uma vez que fará parte da garantia dos serviços;

2.6.2 Os materiais a serem utilizados nas instalações serão novos, de classe, qualidade e grau adequados.

2.6.3 Todo e qualquer procedimento referente à fabricação, montagem, instalação e ensaios dos equipamentos e seus acessórios principais, deverão estar em conformidade com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

2.6.4 Todos os serviços concluídos deverão ser testados pela CONTRATADA, sob sua responsabilidade técnica e financeira, na presença do fiscal do contrato, ficando sua aceitação final condicionada ao bom desempenho dos equipamentos nos referidos testes.

2.6.5 O processo de desinstalação dos aparelhos de ar condicionado consiste nas seguintes etapas:

- a) Retirada do evaporador e do condensador do equipamento, os quais deverão ser colocados em local designado pelo fiscal do contrato.
- b) A Recomposição do telhado e sua vedação, quando necessário, deverão ser realizadas de forma a não permitir infiltração de água da chuva, uma vez que fará parte da garantia dos serviços;
- c) Rebocar, emassar e pintar a parede no lugar que foi quebrado na cor padrão do ambiente;
- d) Retirar a mão francesa;

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
GERÊNCIA DE COMPRAS E CONTRATOS

- e) Desmontagem e montagem de forro PVC, onde houver necessidade;
f) Retirada da tubulação frigorigênica de cobre, quando houver necessidade;

2.7 DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS MATERIAIS UTILIZADOS NA INSTALAÇÃO E DESINSTALAÇÃO DOS CONDICIONADORES DE AR

2.7.1 DAS FIXAÇÕES: Deverão ser utilizados fixadores apropriados para tubulação e para as unidades evaporadoras de forma a suportar as cargas estáticas e dinâmicas e minimizar as vibrações;

2.7.2 DOS ISOLAMENTOS: As tubulações de retorno e de drenagem deverão ser isoladas termicamente, mediante a utilização de calhas em espuma elastomérica de forma a não haver condensação;

2.7.3 DAS INTERLIGAÇÕES FRIGORÍGENAS ENTRE AS UNIDADES DIVIDIDAS: As interligações entre as unidades condensadoras e evaporadoras serão feitas por intermédio de tubos de cobre, sendo uma linha de líquido e uma de sucção para cada unidade condensadora;

2.7.4 DAS INTERLIGAÇÕES: Deverão ser feitas, logo após as soldagens, vácuo de até 200µmHg durante 2 horas e quebrando-o duas vezes com Nitrogênio (N2) seco e verificando possíveis entradas de ar.

2.7.5 As interligações das tubulações entre as unidades condensadoras e evaporadoras deverão ser envelopadas com material isolante térmico termo tubo, com o objetivo de evitar condensações indesejáveis, sendo que será de 5m a 20m.

2.7.6 As tubulações deverão ser presas com braçadeiras tipo "D" e isoladas com borracha para prevenir possíveis vazamentos futuros, devido as vibrações durante seu funcionamento.

2.7.7 DO SISTEMA DE DRENAGEM: o sistema de drenagem deverá utilizar tubulação em PVC Rígido de 32 mm de diâmetro, encaminhando para o ponto de drenagem pluvial mais próximo. Onde a tubulação de drenagem do condensador estiver no ambiente climatizado, à mesma deverá possuir isolamento térmico.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

3.1 LOCAL DE EXECUÇÃO: As unidades a serem atendidas constam no anexo A do Termo de Referência.

3.2 PRAZO DE EXECUÇÃO:

3.2.1 A execução dos serviços de manutenção preventiva deverá ser iniciada em até **15 (QUINZE) DIAS ÚTEIS**, a partir da assinatura do Contrato;

3.2.2 A execução dos serviços de manutenção corretiva deverá ser iniciada de imediato, a partir da assinatura do Contrato, conforme necessidade da Contratante.

3.2.3 A execução dos serviços de instalação e desinstalação deverá ser iniciada em até **48 (QUARENTA E OITO) HORAS**, após o recebimento da Ordem de Serviço. Por se tratar de serviços sob demanda, deverão ser executados de segunda a sexta-feira, das 08:00h às 18:00h e aos sábados, domingos e feriados, quando necessários. Para áreas críticas, por se tratar de locais que necessitam de climatização ininterrupta, o horário de atendimento deverá ser avaliado e aprovado em conjunto com a Contratante, Contratada e Unidade de Saúde, podendo ocorrer aos finais de semana e feriados.

3.3 DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS:

a) Os serviços serão recebidos PROVISORIAMENTE, a partir da entrega, para efeito da verificação da conformidade com as especificações constantes no Edital e na proposta.

b) Os serviços serão recebidos DEFINITIVAMENTE, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 10 (dez) dias corridos a contar do recebimento provisório.

3.4 DA GARANTIA:

3.4.1 Todos os serviços concluídos deverão ser testados pela CONTRATADA, sob sua responsabilidade técnica e financeira, na presença do fiscal do contrato, ficando sua aceitação final condicionada ao bom desempenho dos equipamentos nos referidos testes

3.4.2 Os serviços executados de manutenção corretiva deverão ter um prazo de garantia mínima de:

- a) Mão de obra executada: 06 (seis) meses;
b) Substituição de compressor: 01 (um) ano;

c) Substituição de demais peças: 90 (noventa) dias.

3.4.3 Ressalta-se que mesmo esteja findado o Contrato com a Contratada esta se responsabilizará pela garantia, que estiverem dentro do prazo de Garantia, sendo passivo de sanções, caso esta negligencie ou despreze qualquer solicitação por parte da Contratante.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA: A vigência do contrato será de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por acordo entre as partes, desde que a medida seja vantajosa para a EMSERH e respeitado o limite estabelecido no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMSERH.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA: O valor total deste Contrato é de R\$ 534.914,12 (quinhentos e trinta e quatro mil, novecentos e catorze reais e doze centavos), incluído no mesmo todas as despesas e custos, diretos e indiretos, incidentes sobre o objeto contratado. As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta da seguinte disponibilidade financeira: **Unidade Orçamentaria: 21202; Unidade: EMSERH; Despesa: 4-3-02-01-34 – Manutenção e Reparação de Refrigeração.**

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- 6.1 Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor, forma e prazos ajustados;
- 6.2 Gerenciar o presente contrato, acompanhar, fiscalizar, conferir, atestar o fornecimento e avaliar as obrigações da licitante, bem como o preço e a descrição do objeto contratado, conforme as condições ajustadas no termo de referência e no contrato, através de servidor designado pela autoridade competente indicado pela EMSERH/MA;
- 6.3 Convocar/Notificar a CONTRATADA via fax, e-mail, ou telefone, para sanar possíveis irregularidades ocorridas na execução do presente contrato;
- 6.4 Observar para que, durante a vigência do presente contrato, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas bem como, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;
- 6.5 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada
- 6.6 Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar os serviços de acordo com as determinações deste Contrato, do Edital e do Termo de Referência;
- 6.7 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 6.8 Exigir o imediato afastamento de qualquer funcionário ou preposto da Contratada que embarace a fiscalização ou que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício de suas funções;
- 6.9 Fornecer à Contratada, Ordem de fornecimento com a definição do fornecimento a ser realizado, devidamente assinada por funcionário autorizado;
- 6.10 Não permitir que os profissionais executem tarefas em desacordo com as condições contratuais pré-estabelecidas.

CLÁUSULA SÉTIMA- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 7.1 Manter limpos os componentes do sistema de climatização, tais como: bandejas, serpentinas, umidificadores, ventiladores e dutos, de forma a evitar a difusão ou multiplicação de agentes nocivos à saúde humana e manter a boa qualidade do ar interno.
- 7.2 Utilizar, na limpeza dos componentes do sistema de climatização, produtos biodegradáveis devidamente registrados no Ministério da Saúde para esse fim.
- 7.3 Verificar periodicamente as condições física dos filtros e mantê-los em condições de operação. Promover a sua substituição quando necessária.

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
GERÊNCIA DE COMPRAS E CONTRATOS

- 7.4 Utilizar, na limpeza dos componentes do sistema de climatização, produtos biodegradáveis devidamente registrados no Ministério da Saúde para esse fim;
- 7.5 A contratada deverá remover as partículas sólidas, retiradas do sistema de climatização após a limpeza, e acondicioná-las adequadamente;
- 7.6 Preservar a captação de ar externo livre de possíveis fontes poluentes externas que apresentem riscos à saúde humana;
- 7.7 Garantir a adequada renovação do ar no interior dos ambientes climatizados;
- 7.8 Manter um responsável técnico habilitado com as seguintes atribuições, dentre outras:
- a) Implantar e manter um Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC, adotado para o sistema de climatização. Este plano deve conter a identificação do estabelecimento que possui ambientes climatizados, a descrição das atividades a serem desenvolvidas, as recomendações a serem adotadas em situações de falha do equipamento e de emergência, para a garantia da segurança do sistema de climatização e outras de interesse, conforme modelo descrito no Anexo I da Portaria nº 93.523 GM/MS/98 e especificações da NBR 13971 da ABNT.
 - b) Garantir a aplicação do PMOC por intermédio da execução contínua direta ou indireta deste serviço;
 - c) Manter disponível o registro dos procedimentos estabelecidos no PMOC;
 - d) Divulgar os procedimentos e resultados das atividades de manutenção, operação e controle em relatórios mensais.
- 7.9 Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;
- 7.10 Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à Administração ou a terceiros;
- 7.11 Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão as Unidades de Saúde para a execução dos serviços, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá e uniforme de identificação;
- 7.12 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;
- 7.13 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;
- 7.14 Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 7.15 Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da EMSERH ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste Contrato, devendo orientar seus empregados nesse sentido;
- 7.16 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 7.17 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 7.18 **Não transferir a terceiros, por qualquer forma, as obrigações assumidas, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou no contrato, se houver;**
- 7.19 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação.

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
GERÊNCIA DE COMPRAS E CONTRATOS

- 7.20 Implantar os serviços contratados nos prazos estabelecidos neste Contrato, de acordo com suas condições e especificações, podendo ser prorrogado a critério da Diretoria Administrativa;
- 7.21 **A CONTRATADA terá que disponibilizar um responsável técnico por lote, na qual emitirá uma ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) dos serviços executados;**
- 7.22 Se responsabilizar pelo transporte dos prestadores de serviço no caso de greve, paralisação ou qualquer outra perturbação no transporte público, ou de ordem de segurança pública providenciando que os colaboradores cheguem as Unidades de Saúde em horário hábil para o trabalho;
- 7.23 Substituir sempre que exigido, no prazo máximo de vinte e quatro horas após a notificação mediante justificativa por parte do setor competente, qualquer empregado, inclusive o preposto, cuja atuação, permanência e/ou comportamento seja julgado prejudicial e ou inconveniente à disciplina do serviço;
- 7.24 Instruir os seus empregados quanto à prevenção de acidentes e de incêndios, estando os mesmos devidamente uniformizados e em condições de trabalho com seus devidos Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva;
- 7.25 Comunicar a equipe de fiscalização do contrato, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias úteis, quaisquer alterações havidas no contrato social, exemplo: alteração nos sócios, mudança de endereço e etc. durante o prazo de vigência do contrato, bem como apresentar os documentos comprobatórios da nova situação;
- 7.26 Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança para execução dos serviços quando necessário;
- 7.27 Exercer controle sobre a assiduidade e pontualidade de seus funcionários;
- 7.28 Manter seu pessoal uniformizado, identificando-os através de crachás, com fotografia recente, e provendo-os dos Equipamentos necessários para sua atividade laborativa;
- 7.29 Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem todas as dependências objeto dos serviços;
- 7.30 Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela Administração;
- 7.31 Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados;
- 7.32 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual, distrital ou municipal, as normas de segurança da Administração;
- 7.33 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais e produtos de qualidade e com tecnologia adequadas, com a observância das recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 7.34 **A CONTRATADA deverá apresentar o plano de manutenção, operação e controle – PMOC (modelo constante em ANEXO C do Termo de Referência) e seu cronograma de execução em até 15 (QUINZE) DIAS ÚTEIS da assinatura do contrato; os planos deverão ser apresentados por Unidade de Saúde, em cada lote.**
- 7.35 Executar os serviços em horários que não interfiram com o bom andamento da rotina das unidades de saúde, administrados pela CONTRATANTE e sua sede administrativa;
- 7.36 Adotar boas práticas de sustentabilidade baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, tais como:
- 7.37 Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas e/ou poluentes;
- 7.38 Substituição, sempre que possível, de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- 7.39 Uso de produtos de limpeza e conservação que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e a RDC nº 306/2004;
- 7.40 Racionalização do consumo de energia elétrica e de água;

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
GERÊNCIA DE COMPRAS E CONTRATOS

- 7.41 Utilização, na lavagem de pisos, sempre que possível, de água certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros;
- 7.42 Observar, quando da execução dos serviços, as práticas de sustentabilidade previstas na Instrução Normativa no 1, de 19 de janeiro de 2010, no que couber;
- 7.43 Cumprir a legislação vigente sobre saúde e segurança do trabalho, no que tange aquisição e fornecimento de EPI NR 06 e treinamento de pessoal quanto ao manuseio de produtos químicos;
- 7.44 Na necessidade da retirada de equipamentos para manutenção externa, dos locais que necessitem de climatização ininterruptas nas Unidades de Saúde tais como: Centros Cirúrgicos, Unidade de Tratamento Intensivo (UTI'S), unidade semi-intensiva, Central de Material Esterilizado (CME), Farmácias, Salas de parto e pré parto, salas de imunização, laboratórios e UCI a CONTRATADA deverá substituir a unidade em manutenção, por outra unidade similar ou superior em capacidade de refrigeração, sem ônus a contratada.
- 7.45 As vistorias técnicas serão previamente agendadas pela CONTRATANTE com o representante designado pela CONTRATADA;
- 7.46 Não serão aceitas alegações posteriores advindas de desconhecimento das condições prediais, das características do ambiente de operacionalização, das máquinas nas quais os produtos serão instalados ou de processos que as ferramentas irão suportar, não detectados quando da vistoria ou por falta de realização de vistoria, por parte da CONTRATADA;

CLÁUSULA OITAVA – FISCAL DE CONTRATO:

- 8.1 A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor indicado pela EMSERH, que será designado como fiscal pela CONTRATANTE, para exercer essa atribuição em conformidade com os dispositivos do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMSERH que forem aplicáveis, bem como com o Manual do Fiscal de Contratos/EMSERH.
- 8.2 Os servidores designados como fiscais de contrato serão distribuídos entre:
- 8.2.1. FISCAL ADMINISTRATIVO, que:
- a) desempenhará atividade de supervisão administrativa do contrato, repassando as informações da execução para os setores da EMSERH envolvidos na fiscalização. Preferencialmente, possuirá conhecimentos técnicos compatíveis com o objeto da contratação e será ligado ao setor solicitante da contratação. Serão nomeados: fiscal administrativo titular e suplente;
 - b) emitirá Ordem de Serviço/Fornecimento, dando ciência ao representante da empresa (preposto) sobre as condições de entrega, quantidades e qualidades, sempre por ato formal. Também será responsável pela emissão dos demais instrumentos necessários à comunicação entre as partes, viabilizando a regularidade do fluxo de informações que servirão para compor o Relatório de Acompanhamento e Fiscalização de Contratos.
- 8.2.2. FISCAL TÉCNICO, que acompanhará diretamente a execução do contrato. Esse fiscal também terá, preferencialmente, conhecimento técnico acerca do objeto contratado, caso isso seja necessário ao pleno exercício da fiscalização. Serão nomeados: fiscal técnico titular e suplente.
- 8.3. Todos os Fiscais terão prerrogativas e atribuições para exercer, como representantes da CONTRATANTE, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização da execução contratual.

CLÁUSULA NONA - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO: Caberá, objetivando restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
GERÊNCIA DE COMPRAS E CONTRATOS**CLAUSULA DÉCIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO:**

10.1 É vedada a transferência a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, das obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, considerando a indivisibilidade do objeto e da segurança jurídica necessária para a execução do referido serviço.

10.2 Ratifica-se, ainda, a impossibilidade de subcontratação em áreas comuns das unidades de saúde, vez que não há diferenciação entre áreas administrativas e áreas hospitalares, sendo todas as áreas consideradas como hospitalares.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO:

11.1 Os pagamentos serão efetuados no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento, conferência e aceite definitivo da Nota fiscal ou fatura, de acordo com as condições constantes neste contrato e em consonância com as demais exigências administrativas em vigor, através de transferência bancária em favor da CONTRATADA.

BANCO:	BANCO DO BRASIL
AGÊNCIA Nº:	1639-X
CONTA CORRENTE Nº:	46.378-7

11.2. Os pagamentos serão efetuados pela CONTRATANTE, mediante a apresentação de NOTA FISCAL, FATURA ou RECIBO (consoante o objeto do contrato), a ser emitido e entregue pela Contratada.

11.2.1. O documento referido no subitem anterior será protocolado na EMSERH no mês subsequente ao da execução dos serviços/fornecimento, através de ofício, encaminhado à Contratante, onde devem constar todas as informações necessárias para sua devida quitação, devendo ainda estar de acordo com as normas fiscais vigentes. As notas fiscais, faturas ou recibos deverão ser apresentados conforme disposto nesta cláusula, e em todos os casos serão apresentados em **intervalo não inferior a 15 dias**.

11.3. A não observância do prazo previsto para a apresentação da Nota Fiscal, da Fatura ou do Recibo, e demais documentação necessária ao pagamento, ou a sua apresentação com incorreções ou ausência de documentos, ensejará a prorrogação do prazo de pagamento pelo mesmo número de dias correspondente ao atraso ou ao tempo necessário à correção das inconsistências verificadas. Nesse caso não caberá à CONTRATADA qualquer acréscimo no valor devido, tendo em vista que a demora se deu por sua única e total responsabilidade.

11.4. A CONTRATADA lançará na Nota Fiscal as especificações dos serviços prestados de modo idêntico àquelas constantes do objeto do Contrato.

11.5. A Nota Fiscal, a Fatura ou o Recibo serão atestados pela CONTRATANTE através do fiscal do contrato, observadas as normas contratuais e as administrativas vigentes.

11.6. O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS ensejarão o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis à CONTRATADA.

11.7. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar na EMSERH os documentos abaixo relacionados, consoante o disposto na **Portaria nº 90, de 25 de março de 2019 – GAB/EMSERH, veiculada no Diário Oficial do Estado do Maranhão no dia 10 de Abril de 2019, em seu caderno executivo:**

11.7.1. Solicitação da Empresa (contendo os dados bancários para pagamento);

11.7.2. Nota Fiscal Eletrônica ou Fatura atestada pelo Fiscal Técnico do Contrato contendo as seguintes informações:

I) No campo das observações, inserir o número do contrato, da Ordem de Fornecimento/Ordem de Serviço e da Unidade de Saúde.

II) No caso de prestação de serviços, também incluir:

a) As retenções na fonte e suas alíquotas;

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
GERÊNCIA DE COMPRAS E CONTRATOS

b) Alíquota do Simples Nacional (ISS);

c) Local da prestação dos Serviços;

d) Código do serviço e sua descrição;

11.7.3. Declaração de ciência da retenção prevista no art. 31 da Lei Federal nº 8212/91 e art. 219 do Decreto Federal nº 3048/99, para as empresas prestadoras dos serviços, inclusive de saúde, por cessão de mão de obra ou empreitada de mão de obra, conforme rol de serviços descritos no § 4º do art. 31 da Lei Federal nº 8212/91, no § 2º do art. 219 do Decreto federal nº 3048/91 e nos artigos nºs 117 e 118 da IN RFE nº 971/2009.

11.7.4. Cópia da Ordem de Serviço ou Ordem de Fornecimento;

11.7.5. Cópia da Anotação da Responsabilidade técnica (ART) do serviço junto ao Conselho regional de Arquitetura, Engenharia e Agronomia –Crea -MA, assim como cópia da comprovação de inscrição da obra junto ao INSS;

11.7.6. Certificado de Regularidade do FGTS-CRF;

11.7.7. Certidão Negativa de Débitos Estaduais;

11.7.8. Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa Estadual;

11.7.9. Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;

11.7.10. Cadastro Estadual de Inadimplente - CEI;

11.7.11. Em casos de empresas sediadas no Estado do Maranhão, a prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, pertinente ao seu ramo de atividade, ou compatível com o objeto contratual;

11.7.12. Cópia do Contrato e das Publicações do Extrato do Contrato e da Portaria do (s) Fiscais do Contrato no Diário Oficial do Estado (quando houver);

11.7.13. Cópia do Termo de Aditivo (quando houver) e das Publicações do Extrato do Termo Aditivo e da Portaria do(s) Fiscais do Termo Aditivo no Diário Oficial do Estado;

11.7.14. Os documentos mencionados nos itens **11.7.6** a **11.7.9** podem ser substituídos, total ou parcialmente, por declaração do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf), desde que obedecido o disposto no art. 4.º do Decreto n.º 3.722/2001.

11.8. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

11.9. A CONTRATANTE efetuará a retenção e o recolhimento de tributos, contribuições sociais e parafiscais, quando a legislação assim exigir.

11.10. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido.

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite previstos para o pagamento e a data do efetivo pagamento.

VP = Valor da Parcela em atraso.

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
GERÊNCIA DE COMPRAS E CONTRATOS**CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO:**

12.1 Acordo de Níveis de Serviços - ANS é o ajuste escrito, anexo ao contrato entre o provedor de serviços e o órgão, que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento. (Inciso XXII do Anexo II da IN SLTI nº 02/2008).

ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇOS – ANS	
Indicador : Pontualidade no cumprimento dos prazos estabelecidos para a execução dos serviços contratados.	
ÍTEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir que os serviços contratados sejam realizados nos prazos previstos e nas condições de qualidade contratadas
Metas a Cumprir	100% dos serviços executados com qualidade nos prazos estabelecidos e indicados no contrato.
Instrumento de	Planilha de controle dos serviços executados emitido pela fiscalização do contrato
Forma de Acompanhamento	Controle do Cumprimento de prazos definidos no cronograma e nos serviços de manutenção preventiva e de manutenção corretiva quando solicitados.
Mecanismo de Cálculo	O valor a ser pago será do serviço executado pelo Fator: Valor (R\$) = valor do serviço executado x fator Fator = 1,00 – se os serviços foram concluídos dentro do prazo estabelecido e nas condições de qualidade contratadas Fator = 0,95 – se os serviços, em parte, forem concluídos fora do prazo
Faixa de Ajuste no Pagamento	Se o fator = 1,00 – corresponde a 100% do valor da Nota Fiscal apresentada Se o fator = 0,95 - corresponde a 95% do valor da Nota Fiscal apresentada Se o fator = 0,90 – corresponde a 90% do valor da Nota Fiscal apresentada.
Observação	Entende-se para efeito do presente ANS que “SERVIÇO EXECUTADO” seja aquele que foi concluído obedecendo as exigências de qualidade contratadas.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL:

13.1 Ficam estabelecidas as seguintes práticas de sustentabilidade ambiental, incorporadas aos serviços de engenharia, objeto deste Contrato, conforme disposições da IN SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010 e no Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil, da Presidência da República, no que couberem, assim como, as exigências do art. 6º e seus incisos IV, VI a VII da Instrução Normativa MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, que estabelece as práticas de sustentabilidade na execução dos serviços:

- A Contratada deverá adotar medidas, no que couber, para evitar o desperdício de água tratada na realização dos serviços, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;
- A Contratada deverá fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para execução de serviços;

13.2 Os materiais fornecidos e os serviços realizados deverão ser constituídos, sempre que possível, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e

**EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
GERÊNCIA DE COMPRAS E CONTRATOS**

15448-2, quando couber;

13.3 Para a limpeza e conservação de superfícies dos equipamentos envolvidos no escopo da manutenção do equipamento do presente Termo, a Contratada deverá utilizar produtos que obedecem às classificações e especificações determinadas pela ANVISA.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ANÁLISE DE RISCO:

14.1 A análise de riscos a seguir apresenta não apenas os estudos preliminares realizados pela equipe da Gerência de Engenharia e Manutenção que serve, essencialmente, para assegurar a viabilidade técnica e econômica da contratação, com todas as etapas previstas no art. 24, § 1º, mas também traz o estudo de gerenciamento de riscos, materializado no mapa de riscos, conforme art. 26 da referida Instrução, observados os demais parágrafos.

14.2 Para que o presente serviço seja contratado e corretamente prestado, existem requisitos mínimos para sua satisfação, tais como:

- a) Equipe qualificada, habilitada e uniformizada;
- b) Local apropriado para armazenamento de materiais de consumo e reposição imediata;
- c) Filial administrativa da CONTRATADA aludida ao certame em atendimento às subdivisões de lotes;
- d) Regularidade da CONTRATADA e seus empregados aludidos ao certame junto aos órgãos e conselhos profissionais fiscalizadores;

14.3 A contratação também requer que a EMSERH, e seus Estabelecimentos Assistenciais em Saúde (EAS), e as Licitantes exerçam práticas de sustentabilidade, conforme disposto e orientado no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis.

14.4 O objeto do contrato, pelo seu impacto institucional e com base na justificativa acima, possui natureza continuada, podendo ser prorrogável para além da vigência comum de 12 (doze) meses, previstas no Regulamento Interno da EMSERH.

14.5 Assim como toda contratação, vislumbram-se riscos em curso. Entende-se por ação preventiva as ações a serem tomadas com base no desenho do Mapa de Risco, de forma a prevenir a sua ocorrência. Oportunamente, apresentam-se os riscos avaliados em 3 fases do planejamento da contratação, sendo Fase Preliminar, Projeto Básico e Gestão do Contrato.

1. FASE PRELIMINAR	RISCO 1.1	FORNECEDORES NÃO RESPONDEM ÀS SOLICITAÇÕES DE COTAÇÃO OU INFORMAM PREÇOS INEXEQUÍVEIS, LEVANDO A ESTIMATIVAS INADEQUADAS		
PROBABILIDADE		(=) BAIXA	() MÉDIA	() ALTA
IMPACTO		() BAIXA	(=) MÉDIA	() ALTA
AÇÃO PREVENTIVA		RESPONSÁVEL		
No ato de solicitação de propostas de mercado, notificar os fornecedores da obrigatoriedade legal da apresentação de propostas com orçamentos válidos e exequíveis.		Gerência de Compras e Contratos		
1. FASE PRELIMINAR	RISCO 1.2	DEFINIÇÃO DE RESULTADOS SUBJETIVOS, LEVANDO À DIFICULDADE NA ANÁLISE CUSTO-BENEFÍCIO, COM CONSEQUENTE CONTRATAÇÃO QUE NÃO REPRESENTA MELHOR ALOCAÇÃO DE RECURSOS NA ORGANIZAÇÃO		
PROBABILIDADE		()	(=)	() ALTA

		BAIXA	MÉDIA	
IMPACTO		() BAIXA	() MÉDIA	(=) ALTA
AÇÃO PREVENTIVA		RESPONSÁVEL		
Contratada aludida ao certame deverá declarar formal, clara e objetivamente os resultados pretendidos nos autos do processo de contratação, cujos dados sejam mensuráveis de modo a haver condições de aferir o alcance dos resultados declarados após a implantação da solução.		Gerência de Engenharia e Manutenção		
1. FASE PRELIMINAR	RISCO 1.3	INEXISTÊNCIA DE AVALIAÇÃO DA NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO, LEVANDO A NÃO CONSIDERAÇÃO DE CUSTOS PARA ESSA ADEQUAÇÃO NA AVALIAÇÃO PARA ESCOLHA DA SOLUÇÃO A CONTRATAR, COM CONSEQUENTE ESCOLHA DA SOLUÇÃO QUE NÃO É A MAIS VANTAJOSA PARA A ADMINISTRAÇÃO		
PROBABILIDADE		() BAIXA	() MÉDIA	(=) ALTA
IMPACTO		() BAIXA	(=) MÉDIA	() ALTA
AÇÃO PREVENTIVA		RESPONSÁVEL		
Elaboração de planejamento da adequação do ambiente da organização considerando seus custos na análise que determina a solução escolhida		Gerência de Engenharia e Manutenção e Presidência		
1. FASE PRELIMINAR	RISCO 1.4	FALTA DE ABRANGÊNCIA DA ANÁLISE DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO LEVANDO A NÃO CONSIDERAR TODOS OS ASPECTOS NECESSÁRIOS COM CONSEQUENTE CONTRATAÇÃO DE FORNECEDOR QUE NÃO É CAPAZ DE ENTREGAR A SOLUÇÃO CONTRATADA OU A SOLUÇÃO QUE NÃO PRODUZ OS RESULTADOS CAPAZES DE ATENDER ÀS NECESSIDADES QUE ORIGINARAM A CONTRATAÇÃO		
PROBABILIDADE		() BAIXA	() MÉDIA	(=) ALTA
IMPACTO		() BAIXA	(=) MÉDIA	() ALTA
AÇÃO PREVENTIVA		RESPONSÁVEL		
Elaboração de lista de verificação para servir como base das justificativas expostas na conclusão da viabilidade da contratação		Gerência de Engenharia e Manutenção, Gerência de Compras e Contratos e Diretoria Financeira		
2. PROJETO BÁSICO	RISCO 2.1	AUSÊNCIA DE DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, LEVANDO À FALTA DE		

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
GERÊNCIA DE COMPRAS E CONTRATOS

		COMPREensão DOS LICITANTES NO CONTRATO EM QUE SE INSERE A SOLUÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO, COM CONSEQUENTE OFERECIMENTO DE PROPOSTA QUE NÃO ATENDE À NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO		
PROBABILIDADE		() BAIXA	(=) MÉDIA	() ALTA
IMPACTO		() BAIXA	() MÉDIA	(=) ALTA
AÇÃO PREVENTIVA		RESPONSÁVEL		
Inclusão no Projeto Básico seção destinada a descrever a solução como um todo, explicitando o objeto da licitação		Gerência de Engenharia e Manutenção		
2. PROJETO BÁSICO	RISCO 2.2	DEFINIÇÃO DE MECANISMOS QUE PROPICIEM A INGERÊNCIA DA ORGANIZAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO DA CONTRATADA, LEVANDO CARACTERIZAÇÃO DE EXECUÇÃO INDIRETA ILEGAL COM CONSEQUENTE PRÁTICA DE LÍCITO TRABALHISTA		
PROBABILIDADE		() BAIXA	() MÉDIA	(=) ALTA
IMPACTO		() BAIXA	() MÉDIA	(=) ALTA
AÇÃO PREVENTIVA		RESPONSÁVEL		
Definição do modelo de execução do objeto e os procedimentos que propiciam ingerência		Gerência de Engenharia e Manutenção		
2. PROJETO BÁSICO	RISCO 2.3	AUSÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO CONCOMITANTE À EXECUÇÃO DO CONTRATO, LEVANDO A DISTORÇÕES NA EXECUÇÃO DO OBJETO QUE SOMENTE SERÃO DETECTADAS NA ETAPA DE RECEBIMENTO, COM CONSEQUENTE NECESSIDADE DE RETRABALHO E ATRASO NA ENTREGA DO OBJETO QUE ESTARÁ EM CONDIÇÕES DE SER ACEITO		
PROBABILIDADE		() BAIXA	(=) MÉDIA	() ALTA
IMPACTO		() BAIXA	() MÉDIA	(=) ALTA
AÇÃO PREVENTIVA		RESPONSÁVEL		
Incluir modelo de execução do objeto a previsão de acompanhamento e fiscalização concomitantes à execução, incluindo a inspeção in loco e diligências, quando aplicáveis		Gerência de Engenharia e Manutenção		
2. PROJETO BÁSICO	RISCO 2.4	REALIZAR LICITAÇÃO PARA ATA DE REGISTRO		

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
GERÊNCIA DE COMPRAS E CONTRATOS

		DE PREÇOS PERMITINDO A DISPUTA POR ITENS, MAS ADJUDICANDO POR GRUPOS DE ITENS, LEVANDO A CONTRATAÇÃO DE ITENS POR PREÇO QUE NÃO É O MENOR PREÇO COM CONSEQUENTE RISCO DE JOGO DE PLANILHAS		
PROBABILIDADE		(<input checked="" type="checkbox"/>) BAIXA	(<input type="checkbox"/>) MÉDIA	(<input type="checkbox"/>) ALTA
IMPACTO		(<input type="checkbox"/>) BAIXA	(<input type="checkbox"/>) MÉDIA	(<input checked="" type="checkbox"/>) ALTA
AÇÃO PREVENTIVA			RESPONSÁVEL	
Incluir dispositivo de regionalização e abrir ampla concorrência por Lotes			Gerência de Engenharia e Manutenção	
2. PROJETO BÁSICO	RISCO 2.5	EMPRESAS SEM QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA ADEQUADA À EXECUÇÃO DO OBJETO PARTICIPANDO DA LICITAÇÃO, LEVANDO À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA INCAPAZ DE EXECUTAR A AVENÇA, COM CONSEQUENTE NÃO OBTENÇÃO DO OBJETO CONTRATADO E DESCUMPRIMENTO, PELA CONTRATADA, DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS PREVISTAS		
PROBABILIDADE		(<input type="checkbox"/>) BAIXA	(<input checked="" type="checkbox"/>) MÉDIA	(<input type="checkbox"/>) ALTA
IMPACTO		(<input type="checkbox"/>) BAIXA	(<input type="checkbox"/>) MÉDIA	(<input checked="" type="checkbox"/>) ALTA
AÇÃO PREVENTIVA			RESPONSÁVEL	
Incluir exigências de qualificação econômico-financeira como condição de habilitação para o somatório de valores orçados dos LOTES nos quais as empresas participam			Gerência de Compras e Contratos e Comissão Setorial de Licitação	
2. PROJETO BÁSICO	RISCO 2.6	ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA DETERMINA NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DE EXECUÇÃO DO OBJETO COM CARACTERÍSTICAS, PRAZO E QUALIDADE DESPROPORCIONAL A MAIOR DO OBJETO QUE SE DESEJA CONTRATAR, LEVANDO À LIMITAÇÃO INDEVIDA DA COMPETIÇÃO COM CONSEQUENTE ELEVAÇÃO DO PREÇO CONTRATADADO OU DA INTERRUPÇÃO DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO		
PROBABILIDADE		(<input type="checkbox"/>) BAIXA	(<input type="checkbox"/>) MÉDIA	(<input checked="" type="checkbox"/>) ALTA
IMPACTO		(<input type="checkbox"/>) BAIXA	(<input checked="" type="checkbox"/>) MÉDIA	(<input type="checkbox"/>) ALTA
AÇÃO PREVENTIVA			RESPONSÁVEL	
Incluir exigência de apresentação de atestado para comprovação da qualificação técnica devendo explicitar as			Gerência de Engenharia e Manutenção	

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
GERÊNCIA DE COMPRAS E CONTRATOS

características relevantes do objeto e sem descrições genéricas, devendo permitir o somatório de atestados nos casos em que a aptidão técnica puder ser demonstrada			
2. PROJETO BÁSICO	RISCO 2.7	AUTÊNCIA DE ESTRUTURA DA CONTRATADA PARA CONTATO NO LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, LEVANDO A DIFICULDADES NO CONTATO COM A CONTRATADA PARA SOLUÇÃO DE PROBLEMAS OPERACIONAIS, QUE IMPLICA NA NÃO OBTENÇÃO DA SOLUÇÃO E NO NÃO ATENDIMENTO DA NECESSIDADE QUE GEROU A CONTRATAÇÃO	
PROBABILIDADE		() BAIXA	(=) MÉDIA
IMPACTO		() BAIXA	(=) MÉDIA
AÇÃO PREVENTIVA		RESPONSÁVEL	
Incluir no edital para contratação de serviços de duração continuada a obrigação de a Contratada instalar escritório no Lote de prestação dos serviços		Gerência de Engenharia e Manutenção e Comissão Setorial de Licitação	
2. PROJETO BÁSICO	RISCO 2.8	ATRASO NA CONCLUSÃO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO EM RAZÃO DAS ANÁLISES DAS PROPOSTAS TÉCNICAS E COMERCIAIS	
PROBABILIDADE		() BAIXA	() MÉDIA
IMPACTO		() BAIXA	(=) MÉDIA
AÇÃO PREVENTIVA		RESPONSÁVEL	
Designar por Portaria a criação de Comissão de Análise de Proposta Técnica e Comercial com equipe multidisciplinar compatível à natureza e complexidade do objeto		Alta Administração	
3. GESTÃO DO CONTRATO	RISCO 3.1	OS ATORES QUE DEVEM ATUAR NA FASE DE GESTÃO DO CONTRATO PELA ADMINISTRAÇÃO NÃO POSSUEM COMPETÊNCIAS NECESSÁRIAS PARA TAL, LEVANDO À FISCALIZAÇÃO INADEQUADA DOS ASPECTOS SOBRE OS QUAIS NÃO DETEM COMPETÊNCIA, COM CONSEQUENTE NÃO DETECÇÃO DE DESCUMPRIMENTOS DE PARTES DA AVENÇA COM SUAS CONSEQUÊNCIAS	
PROBABILIDADE		() BAIXA	() MÉDIA
IMPACTO		() BAIXA	(=) MÉDIA
AÇÃO PREVENTIVA		RESPONSÁVEL	
Alta Administração mantém quadro de servidores com capacitação adequada a exercer os vários papéis na gestão		Fiscal do Contrato, Diretoria Administrativa e	

contratual ou o representante da Administração que for nomeado para atuar na Fiscalização ou Gestão que não detenha competência para tal notifica a autoridade que o nomeou sobre a sua deficiência		Gerência de Engenharia e Manutenção	
3. GESTÃO DO CONTRATO	RISCO 3.2	ATOR DESIGNADO PARA ATUAR NA FASE DE GESTÃO DO CONTRATO NÃO POSSUI TEMPO SUFICIENTE PARA DESEMPENHAR AS ATIVIDADES, LEVANDO À FISCALIZAÇÃO INADEQUADA DOS ASPECTOS SOB A SUA RESPONSABILIDADE, COM CONSEQUENTE NÃO DETECÇÃO DE DESCUMPRIMENTOS DE PARTES DA AVENÇA COM SUAS CONSEQUÊNCIAS	
PROBABILIDADE		() BAIXA	(=) MÉDIA
IMPACTO		() BAIXA	(=) MÉDIA
AÇÃO PPREVENTIVA		RESPONSÁVEL	
Autoridade competente que nomeia os representantes da Administração para atuar na Gestão/Fiscalização dos contratos avalia se este possuirá tempo hábil para executar a atividade, considerando as demais atribuições, avaliando ainda a necessidade de designar, em caráter de exclusividade, quantidade e complexidade dos contratos em cuja gestão/fiscalização o designado já atua		Fiscal do Contrato, Diretoria Administrativa e Gerência de Engenharia e Manutenção	
3. GESTÃO DO CONTRATO	RISCO 3.3	AUSÊNCIA DE PROCEDIMENTOS PADRONIZADOS PARA CONDUÇÃO DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS COM VISTAS À APURAÇÃO DE DESCUMPRIMENTOS CONTRATUAIS, LEVANDO À VIOLAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DO DEVIDO PROCESSO LEGAL E DO CONTRADITÓRIO E OUTRAS FALHAS DE NATUREZA ADMINISTRATIVA COM CONSEQUENTE NÃO APLICAÇÃO DA PENALIDADE	
PROBABILIDADE		() BAIXA	(=) MÉDIA
IMPACTO		() BAIXA	(=) MÉDIA
AÇÃO PREVENTIVA		RESPONSÁVEL	
Autoridade competente expede orientações sobre a condução do processo administrativo para fins de apuração de descumprimento contratual e aplicação de penalidade		Alta Administração	
3. GESTÃO DO CONTRATO	RISCO 3.4	LICITANTE NÃO MANTÉM A REGULARIDADE FISCAL DA HABILITAÇÃO NA FASE DE EXECUÇÃO CONTRATUAL, LEVANDO AO PAGAMENTO DE FORNECEDOR EM DÉBITO	

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
GERÊNCIA DE COMPRAS E CONTRATOS

		COM A FAZENDA, COM CONSEQUENTE IMPOSSIBILIDADE DE A FAZENDA PÚBLICA RESSARCIR-SE DE VALORES DEVIDOS		
PROBABILIDADE		() BAIXA	() MÉDIA	(=) ALTA
IMPACTO		() BAIXA	() MÉDIA	(=) ALTA
AÇÃO PREVENTIVA		RESPONSÁVEL		
A organização consulta no SICAF a manutenção da regularidade fiscal antes de cada pagamento e, em caso de irregularidade, executa os procedimentos do art. 3º da Instrução Normativa nº. 04, de 05 de outubro de 2013, cabendo à Fiscalização a adoção de medidas corretivas.		Fiscal do Contrato, Diretoria Administrativa e Gerência de Engenharia e Manutenção		
3. GESTÃO DO CONTRATO	RISCO 3.5	CONTRATADA NÃO CUMPRE O PRAZO DE ATENDIMENTO DA ORDEM DE SERVIÇO PARA SITUAÇÕES EMERGENCIAIS, DE ALERTA, DE FALHA OU CORRETIVA AGENDA, RESULTANDO NA PARALISAÇÃO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS DO HOSPITAL, QUE IMPLICA NA NÃO OBTENÇÃO DA SOLUÇÃO E NO NÃO ATENDIMENTO DA NECESSIDADE QUE GEROU A CONTRATAÇÃO		
PROBABILIDADE		() BAIXA	(=) MÉDIA	() ALTA
IMPACTO		() BAIXA	() MÉDIA	(=) ALTA
AÇÃO PREVENTIVA		RESPONSÁVEL		
Notificar a Contratada quanto ao não atendimento da Ordem de Serviço e expor danos/ocorrências em razão do descumprimento e aplicação de penalidades		Fiscal do Contrato e Gerência de Engenharia e Manutenção		

PROBABILIDADE	ALTO	RISCO 2.4	RISCO 1.3 RISCO 1.4 RISCO 2.6 RISCO 3.5	RISCO 2.2 RISCO 2.8 RISCO 3.4
	MÉDIO		RISCO 3.3	RISCO 1.2 RISCO 2.1 RISCO 2.3 RISCO 2.5 RISCO 2.7 RISCO 3.2
	BAXO		RISCO 1.1	RISCO 3.1

**EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
GERÊNCIA DE COMPRAS E CONTRATOS**

		BAIXO	MÉDIO	ALTO
		IMPACTO		

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA – DA CONTA VINCULADA:

15.1 A EMSERH, mediante ofício, deverá solicitar a abertura de conta corrente vinculada-bloqueada para movimentação (no nome da Contratada) com a finalidade de provisionamento dos valores referentes aos encargos sociais.

15.2 A conta será movimentada somente por ordem da EMSERH, devendo o montante depositado ser correspondente ao somatório dos valores das provisões previstas para o período da contratação, a ser apurado a partir da aplicação de percentuais e valores constantes na proposta, das seguintes verbas:

- a) Décimo-terceiro salário;
- b) Férias e abono de férias;
- c) Impacto sobre férias e decimo-terceiro salário;
- d) Multa do FGTS;

15.3 As partes integrantes deste Contrato deverão firmar acordo de cooperação com banco público oficial, determinando os termos para a abertura da conta vinculada na forma deste instrumento.

15.4 Antes da assinatura do Contrato, a Contratada deverá firmar termo específico da instituição financeira oficial que permita a EMSERH ter acesso aos saldos e extratos e vincule a movimentação dos valores depositados à sua autorização.

15.5 O pagamento somente será efetivado após comprovada a documentação atualizada exigida na habilitação e nos instrumentos legais que porventura lhe sobrevierem.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA REVISÃO: Caberá revisão nos preços contratados para mais ou para menos, conforme o caso, quando houver criação, alteração ou a extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais ocorridas após a data da apresentação da proposta, com comprovada repercussão nos preços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS SANÇÕES CONTRATUAIS:

17.1. Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações, em relação ao objeto contratado, a CONTRATANTE poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar as seguintes sanções:

- a) Advertência por escrito, cabível nas hipóteses nas quais o descumprimento contratual não cause prejuízo, em qualquer esfera, à EMSERH, e que não seja ensejadora de outra penalidade;
- b) Multa de até 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor do Contrato, no caso da CONTRATADA não cumprir rigorosamente as exigências contratuais ou deixar de receber a Ordem de Fornecimento, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

12.2. A multa a que alude o subitem anterior não impede que a EMSERH rescinda o contrato e aplique as outras sanções previstas no RLIC/EMSERH.

12.3. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contrato, nos casos em que houver esta.

12.4. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela EMSERH ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

12.5. As sanções previstas alíneas "a" e "c" do subitem desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a alínea "b", do mesmo subitem, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis.

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
GERÊNCIA DE COMPRAS E CONTRATOS

12.6. A sanção prevista na alínea 'c', do item 12.1 deve ser dosada de acordo com o tamanho do prejuízo provocado, e deve ser graduada em branda (um a seis meses de duração), média (sete a doze meses de duração) e grave (treze a vinte e quatro meses de duração).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES:

18.1. A CONTRATADA poderá aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no fornecimento, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

PARAGRAFO ÚNICO - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos nesta cláusula, salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre os contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA MATRIZ DE RISCOS: De acordo com a natureza e as características do objeto do contrato, para o qual é facultativa a elaboração de matriz de riscos, tal instrumento não integrará a presente relação contratual.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO REAJUSTE:

20.1 É admitido o reajustamento dos preços dos contratos, desde que seja observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses.

20.2. Para o reajustamento dos preços unitários contratados, deverá ser observada a legislação vigente, sendo observada atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.

20.3. Os valores dos insumos pactuados somente poderão ser reajustados após o transcurso de 12 (doze) meses, contados da data limite para apresentação da proposta.

20.4. Decorrido o prazo estipulado, após solicitação expressa, será aplicado o índice por determinação legal.

20.5. O cálculo do índice atualizará os preços conforme a variação dos últimos 12 (doze) meses, tendo por marco inicial a data limite para apresentação da proposta.

20.6. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, a anualidade será contada da data do último reajuste.

20.7. A prorrogação contratual sem prévio pedido de reajuste ratifica todas as cláusulas contratuais, operando-se a preclusão lógica quanto a eventuais pleitos de atualização de preços.

20.8. O reajuste de preços dependerá da realização de pesquisa de mercado que demonstre a vantajosidade, para a EMSERH, das condições e dos preços contratados.

20.9. Os reajustes serão formalizados por meio de Apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverão ser formalizados por aditamento.

20.10. O reajuste não interfere no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:

21.1 Constituem motivo para rescisão do contrato, por sua inexecução total ou parcial, desde que de maneira motivada, os seguintes casos:

I - de forma unilateral, após decisão transitada em julgado em processo administrativo onde será garantida a ampla defesa e o contraditório, sendo assegurados eventuais direitos ao contratado.

II - por acordo entre as partes, desde que conveniente a ambos e não gere prejuízo à EMSERH.

III - por determinação judicial.

Parágrafo único: Constituem motivos para a rescisão contratual, de forma unilateral, dentre outros:

I – o não cumprimento, total ou parcial, das especificações referentes à execução contratual, ou o seu cumprimento irregular;

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
GERÊNCIA DE COMPRAS E CONTRATOS

- II – a desobediência dos prazos de execução, inclusive os referentes ao seu início;
- III – a suspensão da execução contratual sem justa causa e prévia comunicação por parte da Contratada;
- IV – nas situações que tornam a relação contratual inviável ou indesejável, desde que resultantes de caso fortuito ou força maior, regularmente demonstrado em processo administrativo;
- V – subcontratação, cessão ou transferência do objeto contratual não admitidos no edital ou no contrato;
- VI – dissolução da sociedade ou falecimento do contratado, bem como decretação de falência ou instauração da insolvência civil da Contratada;
- VIII – alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa, desde que, a nova situação prejudique a execução contratual;

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO: O presente Contrato poderá ser alterado. As alterações contratuais deverão se dar mediante a celebração de Termo Aditivo, de acordo com a vontade das partes, observadas as disposições previstas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMSERH. Na hipótese de reajustamento do Contrato e demais alterações contratuais que não constituam modificação da essência da avença, e que não alterem cláusulas essenciais à contratação, devem ser formalizadas por simples apostilamento, restando dispensada a realização de aditamento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO: O presente instrumento de Contrato se vincula integralmente ao instrumento convocatório da licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, bem como ao lance e/ou proposta apresentados pela Contratada.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA- DA HABILITAÇÃO: A CONTRATADA terá que manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no curso do procedimento licitatório.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA- DOS CASOS OMISSOS: Os casos omissos neste contrato serão resolvidos pelo disposto no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMSERH, na lei, nos princípios de direito administrativo bem como pelos preceitos de direito privado e demais legislação pertinente à matéria.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DA CONSULTA DO CEI:

26.1 As realizações de pagamentos e dos eventuais aditamentos a este Contrato feitos em favor da Contratada ficam condicionadas à inexistência de registro junto ao Cadastro Estadual de Inadimplentes do Estado do Maranhão – CEI, consoante determina o art. 6º, da Lei Estadual nº 6.690, datada de 11.07.1996.

PARÁGRAFO ÚNICO: Constatada a existência de registro da Contratada no CEI, a EMSERH não realizará os atos previstos na Cláusula de Pagamento, por força do disposto no art. 7º, da Lei Estadual nº 6.690, de 11.07.1996.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO: O CONTRATANTE providenciará a publicação de forma resumida deste Contrato, na Imprensa Oficial, em obediência ao disposto no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMSERH.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DAS COMUNICAÇÕES: Qualquer comunicação entre as partes respeito do presente Contrato, só produzirá efeitos legais se processada por escrito, mediante protocolo ou outro meio de registro, que comprove sua efetivação, não sendo consideradas comunicações verbais.

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
GERÊNCIA DE COMPRAS E CONTRATOS

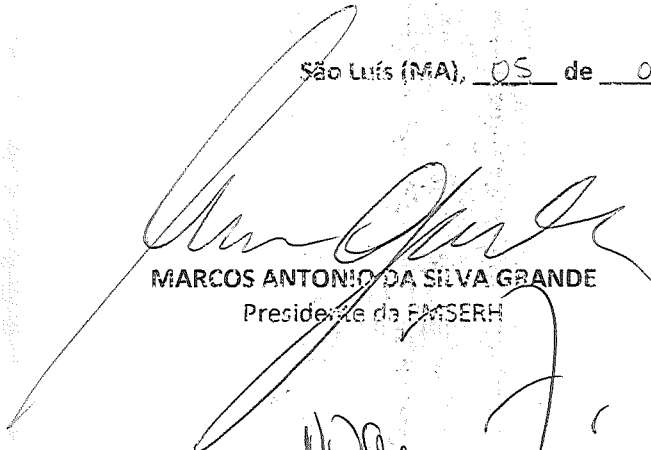
CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – DO FORO: Para dirimir as questões deste Contrato fica eleito o foro da Comarca de São Luís, capital do Estado do Maranhão.

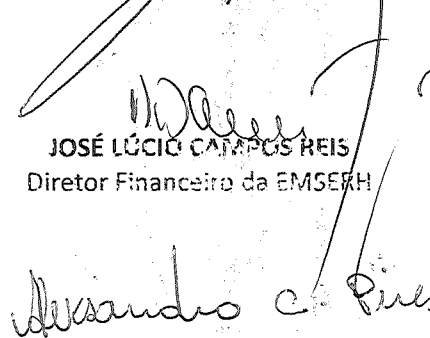
CLAUSULA TRIGÉSIMA – DAS DIPOSIÇÕES FINAIS:

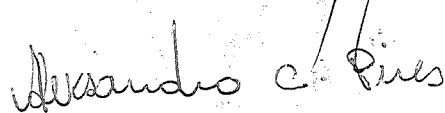
30.1 Não serão admitidas declarações posteriores de desconhecimento de fatos, no todo ou em parte, que venham a impedir ou dificultar a execução do serviço objeto desta contratação.

30.2 São partes integrantes deste Contrato todos os anexos do Termo de Referência:

São Luís (MA), 05 de agosto de 2020.


MARCOS ANTONIO DA SILVA GRANDE
Presidente da EMSERH


JOSÉ LÚCIO CAMPOS REIS
Diretor Financeiro da EMSERH


ALEKSANDRO CANTANHEDE PIRES
Responsável pela Contratação

TESTEMUNHAS:

Nome: JORGE ARAÚJO WYTIKOWSKI
CPF: 84401432344

Nome: Glécio Walter Nunes Leite
CPF: 022 545 723 77

Ao
Agente de Licitação da EMSERH

**LICITAÇÃO ELETRÔNICA N.º 004/2020 – CSI/EMSERH
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 137.789/2018 – EMSERH**

OBJETO: contratação de empresa especializada no serviço de manutenção preventiva e corretiva de poços artesanais com substituição de peças, acessórios e outros componentes, para atender as necessidades das unidades de saúde administradas pela Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares – EMSERH.

Prezado Senhor,

A empresa **A. Cantanhede Serviços de Refrigeração e ar Condicionado Eireli-EPP** com endereço na avenida Camboa Nº 34 Parte 1, bairro Camboa, na cidade de São Luís, Estado de MA inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.642.391/0001-15 vem, pelo seu representante legal infra-assinado, portador(a) da cédula de identidade nº 530174960 e do CPF Nº 647.814.613-87, vem apresentar proposta comercial relativa à licitação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que tiverem sido cometidos quando da preparação da mesma.

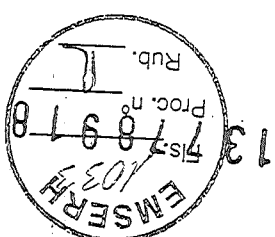
Propomos o Valor Total de **R\$ 534.914,12 (Quinhentos e trinta e quatro mil, novecentos e quatorze reais e doze centavos)**, para o fornecimento do objeto desta licitação, conforme demonstrativo abaixo:

A CANTANHEDE SERVIÇOS DE REFRIGERAÇÃO E AR CONDICIONADO EIRELI-EPP

Av. Camboa parte 1, Nº34, Bairro Camboa, São Luís – MA,

CNPJ: 15.642.391/0001-15, INSC: 12385516-0

E-mail: superfiorrefrigeracao@hotmail.com





Refrigeração em Geral, Locação e Manutenção

LOTE 04 - REGIONAL PRESIDENTE DUTRA (MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA)									
ITEM	CÓDIGO	FONTE	DESCRIÇÃO	UND	QTD	COEFIC.	PREÇO	PREÇO	PREÇO
							UNIT. R\$	Unit. c/BDI	
1			SERVIÇOS INICIAIS						TOTAL R\$
1.1	CPU-001	Composição	ART para obra ou serviço	UND	1,00	1	218,54	R\$ 270,98	270,98
2			ADMINISTRAÇÃO LOCAL						48.161,28
2.1	CPU-007	Composição	Auxiliar de escritório mensalista com encargos complementares	MÊS	12,00	1	1.236,65	R\$ 1.533,44	18.401,28
2.4	CPU-006	Composição	Engenheiro mecânico mensalista com encargos complementares	MÊS	12,00	1	2.000,00	R\$ 2.480,00	29.760,00
3			O DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA/COR						R\$ 44.640,00
2.2	CPU-003	Composição	Auxiliar de mecânico mensalista com encargos complementares	MÊS	12,00	1	1.400,00	R\$ 1.736,00	20.832,00
2.3	CPU-005	Composição	Mecânico de refrigeração mensalista com encargos complementares	MÊS	12,00	1	1.600,00	R\$ 1.984,00	23.808,00
4			SERVIÇOS TÉCNICOS ROTATIVOS						221.644,80
3.1	CPU-002	Composição	Auxiliar de mecânico horista com encargos complementares	H	1.920,00	4	11,28	R\$ 13,98	107.366,40
3.2	CPU-004	Composição	Mecânico de refrigeração horista com encargos complementares	H	1.920,00	4	12,00	R\$ 14,88	114.278,40
TOTAL COM BDI							314.717,06		
Pegás							220.197,06		
Total							534.914,12		

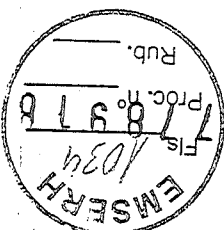
Alexsandro Cantanhede Pires responsável pela assinatura do Contrato, CPF Nº 647.814.613-87 e Carteira de Identidade Nº 530174960 e Diretor Proprietário;

A CANTANHEDE SERVIÇOS DE REFRIGERAÇÃO E AR CONDICIONADO EIRELI-EPP

Av. Canhoa parte 1, Nº34, Bairro Canhoa, São Luís - MA.

CNPJ: 15.642.391/0001-15, INSC: 12385516-0

E-mail: suatrefreezeracao@hotmail.com





Prazo de validade da proposta: não inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data da abertura do certame;

Local da Execução: As Unidades de Saúde a serem atendidas, encontram-se no "Anexo A" deste termo de referência. Conforme subitem 4.1. do Termo de Referência (Anexo I);

Prazo de Execução: As execuções dos serviços deverão ser realizadas conforme subitens 4.2.1 e 4.2.2 e 4.2.3. do Termo de Referência (Anexo I);

Prazo de Garantia dos Serviços: Os serviços executados deverão ter garantia, conforme subitens 4.4.1 e 4.4.2 do Termo de Referência (Anexo I);

Dados Bancários: Banco do Brasil S.A, Agência n° 1639-X e Conta Corrente n° 46.378-7.

Contatos: Jorge Segundo

Cel.: (98) 99963 6300

Telefone: (98) 3303 7583 // 3303 7584

E-mail: superfriorrefrigeracao@hotmail.com

Nos preços ofertados deverão já estar considerados e inclusos todos os custos diretos e indiretos, encargos, tributos, transporte, seguros, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Licitação Eletrônica.

São Luís/MA, 04 de março de 2020

Aleksandro Cantanhede Pires

Aleksandro Cantanhede Pires

A. Cantanhede Serviços de Refrigeração e ar Condicionado Eireli-EPP

Proprietário/Diretor.

Rg n° 530174960

Cpf n° 647.814.613-87

